O público e o privado
Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará

ARTIGO

Distribuído sob
CC BY

Designações Sistêmicas da Cultura e Sociologia: reflexões a partir de recentes cognições sociológicas sobre o literário no Brasil

Systemic Designations of Culture and Sociology: reflections based on recent sociological cognitions about literature in Brazil

10.52521/opp.v22n47.12473

FLUXO DA SUBMISSÃO
Submissão do trabalho: 19/01/2024
Aprovação do trabalho: 05/11/2024
Publicação do trabalho: 23/12/2024

Edson Silva de Farias
nilosed@gmail.com
Universidade de Brasília - UnB

Andréa Borges de Leão
aborgesleao@gmail.com
Universidade Federal do Ceará - UFC

Marcus Vinícius Gomes Caixeta
marcuscaixeta@gmail.com
Universidade de Brasília - UnB

Resumo
De natureza reflexiva, dividido em duas partes, este texto não se pretende um estudo de caso de um contexto empírico específico, tampouco pincelar exemplos históricos para ilustrar o desenvolvimento de uma argumentação teórica. O alvo da análise consiste de um conjunto documental bibliográfico constituído de artigos, entendendo-o como manifestação do movimento, exatamente, de diferenciação de um campo disciplinar. Assim, a escolha e reunião dessa documentação bibliográfica (delimitado ao período compreendido entre 2008 a 2018) referente ao gênero artigo científico obedecem ao propósito de uma análise textual que, ao se ater ao interesse sociológico do sistema literário, também deixa margens para voltar e avançar na reflexão e discussão acerca da consolidação institucional e epistemológica da sociologia da cultura no escopo das ciências sociais brasileiras.
Palavras-chave
Designações; sistemas sociotécnicos culturais; artigos científicos; literatura brasileira; sociologia da cultura.

Abstract
Reflective in nature, divided into two parts, this text is not intended to be a case study of a specific empirical context, nor to outline historical examples to illustrate the development of a theoretical argument. The target of the analysis consists of a bibliographical documentary set made up of articles, understanding it as a manifestation of the movement, precisely, of differentiation of a disciplinary field. Thus, the choice and gathering of this bibliographic documentation (2008 a 2018) referring to the scientific article genre obeys the purpose of a textual analysis that, by sticking to the sociological interest of the literary system, also leaves room for returning and advancing in reflection and discussion about institutional and epistemological consolidation. of the sociology of culture in the scope of Brazilian social sciences.
Keywords
Designations; cultural sociotechnical systems; scientific articles; Brazilian literature; sociology of culture.

Entendemos que a resolução de consultar, neste artigo, um repertório de textos que poderia ser divisado sob o rótulo de sociologia da literatura, alia-se à expectativa de identificar os rumos da inserção diferenciada dessa temática no cômputo da problematização sociológica no Brasil. Algo assim conduz, também, às distintas mediações sócio-históricas que estão à contrapartida da identificação de tal tópico como emblemático de um sistema simbólico diferenciado, o da literatura, dotado de meios peculiares de significação. Dinâmica funcional sistêmica indissociável da interferência de critérios de recrutamento e integração de elementos, vertidos em suas propriedades, mas obedientes a critérios de codificação e fechamento necessários ao estabelecimento de específico espaço de autorregulação. Fatores que traduzem também concentrações de forças, logo, sinalizam a capacidade do sistema literário de deliberar sobre a efetivação de sentidos, em termos de visibilizar e reconhecer os meios (bens culturais) que tornam esses sentidos acessíveis a diferentes usos. Diante do quadro sócio-histórico composto por arranjos sociofuncionais marcados pela complexa e diversificada plurocromia de formas sociais, sugerimos a existência de sistemas definidos pelas operações de visibilizar/legitimar/designar os meios de significação. Para os propósitos deste capítulo, eu os denomino de sistemas sociotécnicos de expressividade. Tratam-se de sistemas cujas respectivas dinâmicas funcionais são indissociáveis da interferência de critérios de recrutamento e integração de elementos, vertidos em suas propriedades, mas obedientes a critérios de codificação e fechamento necessários ao estabelecimento de específico espaço de autorregulação. Fatores que traduzem também concentrações de forças, logo, sinalizam as capacidades desses arranjos em deliberar sobre a efetivação de sentidos, em termos de visibilizar e reconhecer os meios (bens culturais) que tornam esses sentidos acessíveis a diferentes usos. Com a denominação sistema sociotécnicos de expressividade se quer evidenciar o delineamento de unidades procedimentais cujas operações estão orientadas pela anulação das interferências estranhas sobre a sua capacidade decisória de gerir seus encaminhamentos. Algo assim ocorre na medida em que a seleção de possibilidades intrínsecas à dinâmica auto-adaptativas desses sistemas diz respeito à operacionalidade pela qual são limitadas, de modo seletivo, as margens das suas variações à luz de códigos sintéticos, conjugando seletivamente signos óticos, gráficos e orais, com os quais se selecionam e atribuem valor aos aspectos escolhidos para compor o seu fechamento sistêmico sociotécnicos em linguagens imprensas, sonoras e audiovisuais. Para além da mera justaposição, a demarcação de fronteiras (do “dentro” em oposição ao “fora” dessas formas sociossimbólicas complexas) deixa entrever a contínua concorrência no perímetro mais amplo da esfera cultural entre os congêneres sistêmicos na medida mesma em que atuam para se manterem distintos quanto às suas respectivas capacidades de designação. Entendendo por designação as diretivas dadas

aos modos adotados nas atitudes públicas e privadas de apreensão, apresentação e descrição possíveis de mundos significantes[1].

Se o somatório de todas as operações sistêmicas conduz aos dilemas referentes aos modos adequados de objetivar sociologicamente a concorrência entre os sistemas sociotécnicos de expressividade, igualmente reclama mais acuidade analítica e interpretativa dos atravessamentos e fusões entre eles. Não menos, suspeitamos que tanto as lutas quanto os cruzamentos suscitam indagações acerca de possíveis reverberações sobre a cognição sociológica. A problematização examinada neste artigo, sem a pretensão de fazer uma reconstrução da sua institucionalização, retoma a disciplinarização da sociologia no Brasil. O exame se concentra nas características que tem envolvido a afirmação de uma das suas subáreas – a sociologia da cultura[2] –, porque a proposta deste artigo, enfim, tem por pano de fundo a correlação entre saber e poder de imputação de sentido, no que tange à visibilidade e legitimação de bens simbólicos. Algo que, supomos, requer levar em conta a posição estratégica do reconhecimento por parte das ciências sociais e demais humanidades desses mesmos bens e os sistemas sócio-operacionais em que se inscrevem, isto quando aquelas disciplinas os apreendem como empiricidades mobilizadas nos seus investimentos cognitivos. Ao longo deste texto, não se pretende realizar um estudo de caso de um contexto empírico específico, tampouco pincelar exemplos históricos para ilustrar o desenvolvimento de uma argumentação teórica. A *corpora* a ser alvo da análise consiste de um conjunto documental bibliográfico constituído de artigos, entendendo-o como manifestação do movimento, exatamente, de diferenciação de um campo disciplinar científico. Assim, a escolha e reunião dessa documentação bibliográfica obedecem ao propósito de uma análise textual que, ao se ater ao interesse sociológico no sistema literário, também deixa margens para remontar e avançar na reflexão e discussão acerca da consolidação institucional e epistemológica da sociologia da cultura no escopo das ciências sociais brasileiras.

A argumentação, para além desta introdução, ao longo do texto, estará distribuída nas duas partes a seguir sumarizadas. A primeira focaliza os remanejamentos na relação entre sociologia e literatura, mas a partir de artigos triados à luz de um levantamento bibliográfico de títulos publicados entre 2008 e 2018 em periódicos científicos, editados no Brasil, dedicados à circulação e visibilidade do conhecimento socioantropo-

1 Empregamos o vocabulário conceitual da teoria dos sistemas autopoëticos de Niklas Luhmann (2010), entretanto, como esperamos demonstrar, não se realiza aqui uma análise sistêmica nos termos do autor.

2 A presença da institucionalização dessa subdisciplina, neste texto, leva em conta estar a correlação entre os processos de simbolização e formas culturais e grupos sociais/sociedades no seu núcleo epistêmico. Subárea que tem abrigado tendências interdisciplinares, fazendo convergir abordagens micro e macrossociológicas a contribuições da teoria literária, filosofia, semiótica, história da arte e da cultura, antropologia, estudos culturais e pós-modernistas e pós-coloniais etc.

lógico. Com prioridade posta numa parte do resultado do levantamento, não se constituindo em finalidade da análise aqui desenvolvida, o balanço realizado serve na verificação de tendências temáticas e analíticas nas abordagens, em particular o manejo da metodologia em que se privilegia a internalidade formal das obras. Mas também é observada a inclinação a investimentos calcados em concepções ampliadas e diversas do sentido mesmo do literário, levando ao lugar do pensado a relação mesma desse sentido em uma teia de interdependências sociotécnicas cujo estatuto global impõe deslocamentos sensíveis aos entendimentos acerca dos regimes de autoria, das linguagens, dos formatos expressivos, cadeias de difusão e círculos de recepção, das instâncias de visibilidade/legitimação, enfim, do modo mesmo de encarar a relação entre o sistema literário e o seu entorno. Na segunda parte, à título de digressão final, o exame de uma outra gama de artigos, resultante do mesmo levantamento bibliográfico, subsidia a discussão em torno das reverberações dos sistemas sociotécnicos culturais nas maneiras de simbolização realizadas pelas ciências sociais, isto ao se considerar como se desenrolam processos nos quais esses sistemas pressionam para se manterem no *status* de componentes naturalizados da sociocultura contemporânea.

O literário e as reconfigurações de um objeto de conhecimento legítimo

Em 2019, fizemos um levantamento da produção de artigos científicos na subárea da sociologia da cultura no Brasil num rastro de dez anos (2008-2018). Apesar da multiplicidade de temas inerente ao total de textos coletados, sobressaiu um significativo número de títulos agrupados sob a chancela da sociologia da literatura. Em razão da observância de outro objetivo, à época, apenas acentuamos o traço quantitativo desse montante. Agora, decidimos por conferir um tratamento qualitativo mais detido a esse mesmo conjunto de textos, com vista a explorar possíveis tendências no tratamento dado pela sociologia à questão literária. O propósito não é fazer um balanço dessa produção. Respaldados na ponte estabelecida entre as ciências sociais e a crítica literária por Antônio Candido (1997; 2006), ainda na década de 1950, em razão da ênfase desse autor no problema da formação do sistema literário brasileiro, e mediante esta última, dos demais sistemas simbólicos eruditos, temos por argumento que o foco sobre a literatura se constitui em um importante indicador das alterações e permanências no trajeto de institucionalização e diferenciação epistemológica da sociologia da cultura no Brasil. Por isso, aqui fazemos um apanhado qualitativo das principais ênfases e tendências do que, *grosso modo*, pode-se qualificar como a sociologia da literatura feita

no país, especificamente no intervalo temporal já assinalado. Se entendemos as leituras e formulações focando a literatura como heurística dessa subárea sociológica, a meta consiste em depurar quais indicações mais gerais parecem se manifestar e como esses mesmos sinais revelam condicionantes importantes da consolidação e renovação desse ramo socioantropológico em termos das suas agendas de pesquisa, estudo e reflexão. O objetivo está em identificar esses condicionantes e o quanto podem ser reveladores de mediações intersistêmicas – do sistema literário e sociológico.

Para chegar ao *corpus* analisado, em um primeiro momento, valemo-nos das publicações nos periódicos da área de sociologia classificados com *Qualis* CAPES A1 e A2 (aqui, em consideração à extensão bem menor do montante cotejado, mas tendo em vista o objetivo de captar novas tendências, acrescemos também aquelas classificadas no extrato B1), cujo acesso se encontra aberto na base de dados da Scientific Eletronic Library Online-SciELO. Foram analisados 33 artigos, distribuídos em 11 revistas: *Novos Estudos CEBRAP* (10 artigos); *Sociologias* (4 artigos); *Sociedade e Estado* (4 artigos); *Sociologia & Antropologia* (3 artigos); Cadernos CRH (1 artigo); *Lua Nova* (2 artigos); *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (2 artigos); *Revista Brasileira de Sociologia* (2 artigos); *Tempo Social* (2 artigos); *Civitas* (1 artigo); *Estudos Históricos* (1 artigo) e *Horizontes Antropológicos* (1 artigo).

Em um segundo momento, aquele dedicado à triagem e à distribuição dos textos por categorias definidas mediante a finalidade de estabelecer um quadro classificatório, observamos que, dentre o conjunto dos trabalhos, encontram-se artigos com a finalidade de reflexão teórico-metodológica e/ou de fazer balanços acerca da sociologia da literatura tomada como uma área específica com relativa autonomia na sociologia, assim como artigos que tratam de manifestações particulares do que se toma como o objeto da sociologia da literatura – qual seja, as interpenetrações da literatura com a sociedade. Desse modo, chegamos às duas seguintes chaves de classificação: uma que denominamos teórico-programática e outra cuja incidência dá-se sobre a análise direta das obras literárias, identificada como crítico-operacional.

Ao longo desta primeira parte, o interesse analítico está concentrado no panorama descrito pela chave crítico-operacional. Composto de 27 artigos, o painel aqui traçado faz contracenar textos cujos comentários e análises das obras e autores seguem tematizações que problematizam o literário no acervo da civilização ocidental, ou compreendem exames e interpretações nas quais a questão nacional é ratificada como demiurgo da produção cultural brasileira. De acordo com os resultados da triagem posterior dos mesmos dados, teríamos a seguinte divisão: 10 artigos tratam da forma literária do romance, especialmente em sua manifestação nacional. Os demais deixam pistas para outros rumos empíricos e teórico-analíticos da atual sociologia da literatura no Bra-

sil, quando sugerem a identificação e exame das mediações entre o literário e outros planos que constituem determinada sincronia sócio-histórica.

Nas abordagens agrupadas em torno da forma literária do romance, parece ressoar a proposta de Franco Moretti (2009) que, com sua história e teoria do romance, busca "alongar, alargar e aprofundar o campo literário" (Moretti, 2009, p.201), no sentido de estender a própria noção de romance para além dos clássicos romances realistas do século XIX. Nesse sentido, Pedro Meira Monteiro (2016) é um dos que se dedicam a analisar a obra dos grandes romancistas brasileiros. Ele trata, no artigo em questão, do maior deles, segundo muitos(as) intérpretes: Machado de Assis. Em específico, aborda a escrita tardia de Machado, a partir da qual propõe que "lentidão" e "indefinição", características dos últimos escritos, são em verdade uma "crítica profunda às promessas não cumpridas da jovem República brasileira". Roberto Schwarz (2014) volta, uma vez mais, à obra de Machado de Assis para também retirar de suas páginas da maturidade elaborações acerca da história do país. Enquanto Monteiro dedica-se à análise principalmente do último romance de Machado, *Memorial de Aires*, Schwarz trata de *Esaú e Jacó*, mais especificamente de sua imagem de abertura, na qual os elementos antagônicos da realidade do Rio de Janeiro de então aparecem justapostos e, mais do que isso, imbricados. A narrativa que acompanha duas senhoras da sociedade, que sobem o Morro do Castelo para consultarem uma vidente, traz em si elementos variados do que é o país naquele momento. Segundo Schwarz (2014, p.165): "O morro do Castelo, a cidade inteira do Rio de Janeiro e a ordem internacional cuja metrópole é Londres são cenários imbricados, o que literariamente era e é uma proeza. "

O Cortiço (1890), de Aluísio Azevedo, é outra já celebrada obra foco de análise em artigo de nosso universo pesquisado. No artigo, Haroldo Sereza (2014) tem como preocupação apontar o papel central da economia na obra de Azevedo. De acordo com Sereza (2014), essa centralidade aponta e expressa o próprio "ganho de complexidade na vida urbana do Rio de Janeiro na dramática passagem do trabalho escravo para o trabalho livre". Por sua vez, sempre atento ao imaginário estético e político modernista, Sergio Miceli (2016) contribui com um artigo sobre Graciliano Ramos. No texto, a partir do exame de três romances do escritor alagoano, *Caetés* (1933), *São Bernardo* (1934) e *Angústia* (1936), narrados em primeira pessoa, o autor joga luz sobre as experiências de "declínio social" do escritor, "com ênfase nas vicissitudes eróticas e sexuais dos protagonistas". Marcelo Ridenti (2014) também trata de Graciliano Ramos, mas com foco em suas *Memórias do Cárcere* (1953). A partir de diálogo com a proposta metodológica de Gustavo Sorá (2010), segundo a qual a "análise de memórias envolve compreender as inter-relações da obra em si com a edição do livro, o autor e seu público", assim como a "circulação nacional e internacional do autor e da obra", Ridenti conclui que, embora

Graciliano buscasse evitar os excessos de egocentrismo de uma obra em primeira pessoa, o sucesso do livro coloca-o no centro do panteão de grandes escritores brasileiros, além de figura exemplar da intelectualidade de esquerda no país.

Semelhante esforço de retomada é o que faz Mariana Chaguri (2014) quando volta à obra de José Lins do Rego. Porém, o faz para comparar a obra do escritor paraibano com *O tempo e o vento* de Érico Veríssimo, no intuito de "investigar a produção e a circulação das ideias de região e regionalismo". A autora investiga o "contexto de produção de ideias com o qual os escritores dialogam", evidenciando de que modo as tensas relações entre "local, regional e nacional" constroem as narrativas e produzem os "nexos de sentido entre forma literária e processo social". O esforço comparativo anima igualmente Pedro Paulo Pereira (2008), quando joga luz sobre o debate em torno da ideia de "sertão", por meio de uma comparação entre as obras *Grande Sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, e *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha.

Se o cotejo comparativo outra vez motiva o exercício da já referida Mariana Chaguri e Mário Silva (2014), agora ele responde ao intuito de chamar atenção às aproximações entre os romances *Fogo Morto* (1943), de José Lins do Rego, e *Cidade de Deus* (1997), de Paulo Lins, em específico quanto ao fato de que figuram aspectos de "processos de crise social" nos quais a violência aparece como "mediação privilegiada entre os indivíduos e destes com o Estado". Forma literária e processo social, para lembrarmos Schwarz (1977), têm seu nexo estabelecido nesses romances por meio dos "conflitos em torno da autoridade e do poder". Continuando no terreno das narrativas da violência, em que pese o eco de um tema com largo impacto nas urgências dos mundos sociais brasileiros atuais, Karl Schollhammer (2015), a partir da leitura de dois romances contemporâneos, *K. – Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, e *História natural da ditadura*, de Teixeira Coelho, analisa a relação da literatura brasileira com os fatos históricos no contexto da ditadura militar.

O olhar mais distanciado para outros períodos da literatura brasileira, estende-se ao ser compartilhado por um menor número de autores(as) que tratam de contos e de poesia. Matheus Gato (2018), por exemplo, aborda de que modo raça e nacionalidade aparecem relacionadas nos contos de Astolfo Marques (1876-1918) – autor maranhense que escreveu no âmbito da abolição da escravidão. Mediante esses contos, Gato analisa as "formas de integração dos negros à sociedade brasileira moderna através de narrativas construídas por intelectuais negros no pós-abolição".

O vasto e multifacetado universo do modernismo é revolvido outra vez na medida em que é examinado por George Leonardo Coelho (2017), quando analisa as seis primeiras versões do poema *Martim Cererê*, de Cassiano Ricardo, editado pela primeira vez em 1927. Coelho tomou as alterações no poema não somente a partir de uma

perspectiva estética, mas como tendo apresentado "nuances das tensões políticas que permeavam o campo intelectual no qual Cassiano Ricardo interagia". Nas modificações empreendidas por Ricardo no texto, de 1927 a 1936, Coelho enxerga mutações no mundo social circundante e nas próprias convicções políticas do autor. Fernando Pinheiro (2016), por sua vez, escolheu a memorialística de Manuel Bandeira como seu objeto de análise. Seu foco recai sobre o uso social da memória, especialmente "quando vinculada a um modo estratégico de organização da vida literária". Além disso, Pinheiro analisa de que modo textos autobiográficos, como o de Bandeira, contribuem para a produção do que ele chama de "uma memória coletiva atinente à representação da nação", isso no contexto específico do modernismo brasileiro. O interesse de Alejandra Josiowicz (2015) recai em Mário de Andrade – o ícone maior desse movimento estético com tão profundas raízes na cultura brasileira. Agora, contudo, o olhar é desviado à atenção dada pelo autor à infância. Ela chama atenção aos dois planos de atuação de Andrade ao se acercar do assunto: a intervenção político-cultural e a produção literária. A partir da noção de "política da estética", de Jacques Rancière (2010), ela propõe que Andrade conjuga preocupações sociorraciais com interesses etnográficos e reflexões estéticas. Em um primeiro âmbito, Mário de Andrade relaciona-se com reformadores sociais e enxerga a infância a partir desse ponto de vista, em que a criança é vista como "receptora de políticas públicas". Ao mesmo tempo, contudo, "dadas as suas investigações de etnografia e de arte infantil, concebe a expressão estética da criança não de modo puramente pulsional, (...) mas como um artista expressionista", possuidor "de uma força poético-mítica própria (...)". No âmbito da produção literária, por sua vez, Andrade faria da "cena de infância e adolescência um modo de intervenção na linguagem estética e na hermenêutica do social", uma vez que o infantil "aponta para as hierarquias raciais, sociais e de gênero que estruturam o social". Josiowicz (2015) afirma que, nos vários "níveis estético-políticos, a infância em Mário de Andrade revela a marca do excluído e se orienta à transformação das hierarquias estéticas e da representação". Assim fazendo, o autor sobressaltaria o "reprimido" na cultura brasileira tradicional (Josiowicz, 2015, p.815).

Para manter o foco ainda no modernismo brasileiro – e, com isso, mantendo-se na tradição de uma sociologia da literatura orientada para o cânone nacional –, mas agora com o "outro" epígono, Oswald de Andrade, deparamos uma vez mais com Ana Lúcia Teixeira (2014) e sua tentativa de analisar o papel da obra *Pau Brasil* na construção da figura mitológica do bandeirante paulista, especialmente no debate em torno da explicação histórica do protagonismo econômico de São Paulo e, em consequência, de suas pretensões de "supremacia política". De acordo com Teixeira (2014), a obra de Oswald promove o bandeirante a substituto do colonizador português nas "origens culturais brasileiras". É por essa figura mitológica que, nesse exemplar do modernismo

nacional, busca-se "redescobrir" a nação.

Embora permaneça nos marcos dos estudos que priorizam o bem simbólico literário estrito, ou seja, o âmbito do texto, há um razoável círculo de intérpretes que tratam de objetos situados fora da referida tradição nacional. À título ilustrativo da visada internacionalista da sociologia da literatura que reitera o leito da civilização ocidental ou o coloca entre parênteses, por evocar outros marcos de referência cultural e civilizatória, assinalamos os três seguintes conjuntos de artigos. No primeiro agrupamento estão aqueles ocupados com obras referidas ao contexto literário europeu. O trabalho assinado por Dolf Oehler (2011), com sua leitura de *Austerlitz*, de W. G. Sebald. Também, o de Luís Felipe Sobral (2018) que examina a noção de "exotismo" em Auerbach, justamente, a partir da ideia de Europa/não Europa desenvolvida pelo crítico alemão. Finalmente, o de Modesto Carone (2008) concentrado no realismo de Franz Kafka. O segundo marco abrange as tensões triangulares do cânone literário, colonialismo eurocêntrico e a condição subalterna nacional envolvendo literatura e o espaço latino-americano. Ao fazerem parte do mesmo projeto de pesquisa, dois títulos são representativos: de um lado, estão Jackson & Blanco (2018) com a avaliação das trajetórias de três importantes críticos latino-americanos; de outro, a análise de Sergio Miceli (2013) das trajetórias biográfico-literárias de Alfonsina Storni (1892-1938) e Horacio Quiroga (1878-1937). Uma terceira via instaura um ponto de fuga em relação à sombra europeia. A partir do imaginário pós-colonialista, a já citada Eliane Veras Soares (2011) persegue as pegadas do que seriam as estruturas de sentimento no fluxo África-Brasil. A mesma autora, com Aline Adelaide Alves (2015), imerge na literatura moçambicana em busca dos tempos/escombros dos mútuos envolvimentos do comunitário, colonial e nacional.

Até agora prevaleceu nesta amostra da chave crítico-operacional artigos em que a tônica metodológica é posta na análise centrada nas obras e nos autores e/ou no contexto literário. A consulta dos artigos levantados evidenciou, entretanto, algumas dissonâncias frente à ênfase analítica depositada na pesquisa estritamente desses tópicos, nos empreendimentos sociológicos voltados à literatura. Exemplar a respeito é a opção feita por Clovis Britto (2016) sobre a produção da crença na obra da escritora goiana Cora Coralina. O autor desloca a investigação com o objetivo de visualizar algumas facetas do encontro entre economia e cultura. Sua abordagem confere destaque à "operacionalização de uma política da memória e a fabricação e perpetuação da crença em determinados bens culturais", especialmente nos acervos literários. Seu intuito é compreender de que modo o "campo literário absorveu as mudanças provocadas pela chamada sociedade dos consumidores", e como essas mudanças trazem implicações sobre a "figura da autora, suas obras e o modo como a crença na assinatura confere legitimidade aos herdeiros se expandindo para o acervo literário (entendido como herança material e

simbólica) ".

A ampliação do entendimento da sociologia da literatura é particularmente emblematizada com a inserção do tema dos impressos no delineamento de um objeto – como dito acima –, cuja tendência é mantê-lo restrito aos textos e a seus(as) autores(as). O trajeto de escritos da já assinalada Andréa Borges Leão é ilustrativo. Escudada na maneira como Roger Chartier (1990) – já respaldado em Elias e Bourdieu – e Jean-Yves Mollier (2008) têm redefinido a história cultural do texto, pela ênfase nos percursos de leitores e leitoras, a autora atém-se ao livro como uma figuração de interdependências sociotécnicas portando condicionantes, mas igualmente intervenções criativas. Desse modo, à triangulação leitor-autor-formas de escrituras é introduzida a abertura para aceder à pesquisa e ao estudo de processos culturais que contenham não apenas os trânsitos intercontinentais, mas sobretudo como esses tráfegos coagulam-se em novas sensibilidades, novos formatos expressivos e, certamente, em outros dispositivos que tanto restringem quanto positivam a simbolização humana.

Assinado pela parceria de Andréa Borges Leão com Edson Farias (2016), "O popular no Brasil numa fábula de costume francesa: estéticas e mediações transatlânticas" sintetiza esse protocolo de pesquisa em sociologia da cultura centrado na circulação do conhecimento e da cultura (Farias, 2016). A linha condutora do argumento no ensaio é a do gênero literário das fábulas de costumes, para retomar e situar a história dos impressos, no século XIX. Gênero de grande sucesso de público e vendas com a qual casas editoriais parisienses fizeram fortunas e glória de nomes como o de Balzac. O autor e a autora explicam que, com escritórios e representantes de vendas em países das Américas, valendo-se do prestígio da língua francesa no mercado linguístico do mundo euro- imperial, as casas editoriais contribuíram na consolidação de rotas transatlânticas de trocas mercantis de bens simbólicos. No mesmo diapasão, elas estiveram no núcleo da comutação de recursos humanos, ideacionais, simbólicos, tecnológicos e financeiros que, reunidos, concretizaram outros modos e meios expressivos, padrões de subjetivação e regimes de autoria, mas igualmente contradições e conflitos socioculturais. Leão e Farias tomam como exemplar dessa reunião, mas voltado para o público juvenil, a fábula *Scènes de la vie privées et publique des animaux – études des mœurs contemporaines* que foi editada em 1840, por Pierre-Jules Hetzel. Entre os capítulos desta obra consta "Topaze, peintre de portraits", escrito por Louis Viardot. O texto relata as peripécias do macaco sul-americano Topaze, escravizado ainda no seu território originário. Assim, da Amazônia, ele é levado para as terras francesas onde sofre as injunções depreciativas do modelo de darwinismo social, experienciando as consequências da racialização e do aculturamento. Sob efeito dessa conversão violenta da economia emocional, a princípio, ele tenta sem êxito o ofício artístico de pintor. Resta-lhe, com o malogro, a atividade

de fotógrafo, tão desprestigiada então pelos cânones humanistas das belas artes. Faz o caminho de volta pela mesma rota transatlântica. Agora, no entanto, performa um ilustrado viajante francês, dono operador da máquina de duplicação técnica da imagem. No limite, a proposta do ensaio é tomar as aventuras e desventuras de Topaze à luz da dinâmica histórica na qual se tece a ambiguidade estrutural das figurações sócio-históricas do popular. A dinâmica em pauta compreende os movimentos próprios às circulações culturais e do conhecimento que prosseguem interpenetrações civilizatórias ensejadas pela expansão imperialista europeia ocidental. O cenário sócio-histórico instaurado seria aquele onde se fazem conflitantemente recíprocas as mazelas da subalternidade referidas ao racismo com a ilegitimidade atribuída às justificativas artísticas e às reivindicações de autoria. Isto quando uma e outra se articulam à alegação de serem heterônomos os posicionamentos dos ofícios que contracenam no delineamento de estéticas populares. Heterônomas porque obedeceriam a interesses que contradiriam a prerrogativa do desinteresse artístico próprio à pretensão de validez universal da autonomia das artes segundo os pilares axiomáticos da modernidade europeia (Habermas, 2000). Estéticas nas quais o valor conferido ao inautêntico enlaçado às maquinações sociotécnicas, a um só tempo, desafia as divisões civilizadas e instituem imagens mundiais dos "bárbaros modernos", mais tarde, no século XX, recuperadas pelas ondas de experimentos das vanguardas artísticas e científicas modernistas[3].

Uma das chaves de interpretação das pesquisas contemporâneas em sociologia da literatura tem sido a abordagem do fenômeno da circulação da cultura, do ponto de vista das variadas escalas de produção de bens simbólicos que portam textos de ficção. O exame dos processos de publicação de livros em variadas formas, do impresso ao digital, desde as tomadas de decisão do que merece ou não ser publicado até o repertório de títulos e os princípios de organização dos catálogos editoriais, passando pela análise das funções sociais de indivíduos em interdependência, tem iluminado novas vias de compreensão do literário. Parte desses estudos orienta-se pelo entendimento da circu-

3 Semelhante problemática é enfrentada pelos autores no artigo "Literatura e audiovisual em José Mauro de Vasconcelos" (Leão e Farias, 2020, p. 123-148). Com atenção nas condições de circulação e recepção transnacionais das obras como fator de diferenciação nas carreiras literárias de escritores/as posicionados/as nas franjas das hierarquias de legitimidade da produção simbólica nacional, o texto aborda os modos como as traduções podem se converter em recursos com efeitos no reconhecimento e consagração de nomes, carreiras e títulos. Toma-se por objeto o trajeto o escritor José Mauro de Vasconcelos para lidar com a problemática da recepção transnacional da produção brasileira, sobretudo a ampla tradutibilidade dos seus livros para diferentes idiomas, tornando-os parte do acervo do internacional popular, em que a intensa comodificação se define um fator de concessão de prestígio. De especial relevo, no artigo, é o fato da obra deste autor se realizar, desde 1950, nas intercessões entre a literatura e o audiovisual. Nesta tocada, a análise e interpretação se inclinam sobre temas como: a confluência e a transferência entre cânones nacionais; a aproximação entre escalas de observação dos regimes de autoria; ainda a vinculação da circulação da literatura popular sentimental para além do que seriam suas fronteiras simbólicas.

lação da cultura e do conhecimento na sociologia contemporânea (Bourdieu, 2002; Sapiro, 2013; Farias, 2016; Levin e Poncioni, 2018; Mollier e Abreu, 2018; Mollier, 2019). O quadro teórico de base ajuda a compreender a formação de espaços transnacionais assimétricos, onde as trocas e apropriações permitem ficcionalizar as diferenças e descortinar os modos de dominação entre projetos nacionais. O conceito de circulação enfatiza a ideia de movimento e, portanto, ajuda a definir a literatura como um modo de produzir, mediar e transmitir informações e conhecimentos, o que implica "pensar mais em termos de conexão do que de dependência cultural, mais em termos de apropriação do que de influência" (Abreu e Mollier, 2018, p. 13). Um recorte que se impõem ao objeto literário construído na circulação cultural tem sido o estudo da importação, tradução, exportação e mobilidade do objeto livro. A sociologia da literatura desloca-se, assim, além dos princípios metodológicos da nação literária, assumindo perspectivas transnacionais e, sobretudo, avançando nas suas linhas de interpretação. Ilustrativa é a ampliação do enfoque centrado no conteúdo do texto de ficção enquanto entidade autorreferida e desprovida de historicidade, rumo a uma sociologia da cultura escrita. O princípio analítico que toma as variações do texto como parte da mobilidade da obra de um autor ilumina a recepção do leitor na construção do sentido (Chartier, 2022). Os diversos sentidos das práticas de tradução entre línguas nacionais centrais e periféricas e vice-versa, no espaço mundializado, expressam igualmente as construções da significação de uma obra. Toda simbolização torna-se um desafio da mobilidade. Por mais canônico que seja um gênero na classificação do sistema literário, como o romance nacional, um texto pode assumir sentidos imprevistos e não visados originalmente pelo seu autor, desafiando as variações de hierarquia social e escolarização dos leitores. Importa considerar a pluralidade das interpretações e dos usos em diferentes conexões de temporalidades e espaços.

A sociologia dos impressos e da cultura escrita, desse modo, vincula a categoria de representação do mundo social, os sistemas de valores e crenças, aos modos de produção dos textos e à difusão e apropriação dos objetos culturais. Essa abordagem privilegia, na análise do trabalho de construção dos significados das obras, o estudo dos processos a partir dos quais os textos conhecem sua publicidade. Considerar a historicidade das práticas a uma só tempo econômicas e simbólicas é da maior importância para a justa compreensão da formação do sistema literário. As dinâmicas de interdependência entre os produtores – autores, empresários da edição, mediadores, intermediários comerciais e leitores – ainda que tensas, estão na base dos processos de construção dos significados nas obras literárias. Desse modo, as relações de antecedência ou consequência entre literatura e sociedade, bem como as falsas dicotomias entre condicionantes externos e internos aos textos vão perdendo força e rendimento analítico. Isto torna-se

ainda mais interessante quando envolve as trocas internacionais (Leão, 2012). As coleções de livros ou os livros individuais, por exemplo, supõem modos de apropriação que, por sua vez, são relativos às comunidades de interpretação. Essas comunidades distinguem-se, entre outras propriedades, por certas sensibilidades e categorias de percepção do mundo social. Trata-se do estabelecimento de uma relação entre os profissionais do livro e o leitor, que firma um pacto de credibilidade e confiança mútua intermediado por modos de percepção e pela compra e leitura do livro. Quando as representações simbólicas se ligam a objetos, elas funcionam como meios de orientação simultaneamente para os que as produzem, mediam e as internalizam na experiência individual ou coletiva da leitura.

A mobilização de teorias relacionais que permitam pensar as mudanças traduz outros deslocamentos nas linhas de interpretação da literatura. Para reforçar o argumento de que todo texto, impresso ou digital, está inscrito em um processo de desenvolvimento social e cognitivo estruturado e direcionado no longo prazo, a teoria do conhecimento de Norbert Elias oferece os pontos de referência cruciais. Ou melhor, os fundos de representações simbólicas com os quais as sociedades "estão equipadas por várias gerações e que, ao menos uma parte, ficam à disposição dos membros por um tempo" (Elias, 2016, p. 222). Estes fundos de representações simbólicas cumprem funções sociais interdependentes e estão na base dos processos de simbolização. Os domínios de problemáticas também se entrelaçam. Os textos de ficção refletem processos sociais de aquisição, transição e recepção de fundos de saberes a um só tempo conservados e modificados nas passagens do tempo. Em sua teoria explicativa dos processos de mudança, Elias confere centralidade aos pronomes pessoais como símbolos de imagens e autoimagens que internalizamos como autoconsciência (Leão e Landini, 2022). É o processo de simbolização que vai mediar as construções das noções de "eu", "nós" e "eles".

A nosso ver, esses deslocamentos da perspectiva sociológica analítica, em favor da admissão como partes do estofo literário das próprias estruturas e dinâmicas editoriais e suas repercussões nas fórmulas de acesso aos bens culturais e na psicogênese de leitores e autores/as, são emblemáticos de alterações nos padrões das linhas de condutas e das recursividades institucionais do espaço social da literatura. Se, de um lado, ganha relevo a natureza sociotécnica dessa produção cultural, a um só tempo, as mesmas transformações requisitam para o seu entendimento o exame das pressões e desdobramentos não previstos no encadeamento composto por autores, editores, empresários editoriais, revisores, diagramadores, gráficas, *designer*, divulgadores, publicitários, livreiros, críticos e usuários. De outro, a desnaturalização do nexo entre texto e seus suportes (à maneira da mídia livro) deixa em aberto à pesquisa a pluralidade das fontes de concepção e produção textual, com isso, pressionando as certezas fundadas

no estatuto dos regimes autorais tendo por centro a assinatura individual. Esse amplo redimensionamento da empiricidade do literário tem sido particularmente fomentado pela transnacionalização contínua, embora em patamares de complexidade distintos, do capitalismo editorial. Em tempos mais recentes, essa dinâmica histórica faz dueto com a expansão planetária das grandes redes varejistas. Estas, por sua vez, estabeleceram níveis inéditos de concentração dos meios de curadoria e circulação/divulgação de bens editoriais (Farias, 2019).

A paisagem atual da indústria editorial se articula, por sua vez, à emergência de modos de simbolização e de circulação dos conhecimentos e das culturas sobremaneira compatibilizados à centralidade da tela na experiência psíquico-sensorial contemporânea, mediante as ecologias sociotécnicas informacionais, com efeitos na redefinição das instâncias de legitimação/visibilidade da produção de bens culturais, igualmente na multiplicação dos perfis dos agentes implicados nessas funções intelectuais. É incontornável considerar a extensão da ficção para gêneros seriados na TVs e o filme de longa duração – um e outro formato expressivo cada vez mais alocados nos circuitos do *streaming* e nas plataformas de vídeos na internet (à exemplo do YouTube). Ao que parece, a conversão do fazer literário em conteúdo simbólico digitalizado, assim naturalizado como insumo de acesso público, pressiona o coligir de habilidades, prestígio e fontes de financiamento em um outro arranjo de mútuas implicações. Estabilizados como determinações contemporâneas à probabilidade de que o agir e o bem reconhecidos no *status* de literários tenham repercussão nas circunstâncias do seu acontecer, os aspectos aqui sumariamente expostos se impõem como recursos estruturantes à efetivação da funcionalidade designativa da forma literária de propor e descrever mundos possíveis, mediante a comutação de signos, ideias, sentimentos. Quando nos referimos a "mundos possíveis", fazemos uso seletivo do que Nelson Goodman (2006; 1995; 1997; 1998) focaliza na sua teoria dos símbolos acerca da construção de versões de mundo por intermédio das artes. Mundos erguidos sobre circunstâncias pelo cruzamento, tantas vezes tensos, de agenciamentos criativos da produção e recepção, igualmente das mediações sociotécnicas, ainda das coalescências e disputas entre diferentes códigos que modalizam linguagens e registros institucionais.

A noção de regime das artes desempenha uma função ambígua no esquema de pensamento de Rancière: porque, embora não descarte a ideia de determinação histórica, a noção avança para bem além de um demarcador de periodicidades em um encadeamento histórico-social dos modos de sensibilidades. Ela diz respeito a certa modalização do que o autor denomina de "partilha da sensível", que corresponde à tentativa de taquigrafar conceitualmente fenômenos de rupturas epistêmicas. De acordo com

essa perspectiva, a literatura resulta do advento da "idade estética" e se realiza na passagem da representação à expressão; deixa para trás a característica de "modos de fazer" para se fixar como algo autorizado pela sua capacidade de conferir linguagem a toda e qualquer coisa sensível. Desprovida do modo estrito de estabelecer a regulação do nexo entre as formas com as condições de partilha da realidade, tal como fora existente no que ele chama de "regime de representação", a seu ver, a literatura consiste num lugar permanente de confronto. No regime estético, ainda segundo o argumento do autor, deslocada, a fala (ou seja, a ação) é submetida ao silêncio sacral da escrita. Porque não mais se subordina ao que não lhe é próprio, o literário designa a ordem dos fatos por meio da ordenação ficcional (da fábula). As coisas sensíveis são, enfim, internalizadas no sistema literário na medida em que integram os "modos de ser perceptíveis" (Rancière, 2004, p. 20-21).

Diante do quadro acima esboçado, dos remanejamentos nos condicionantes das formas, dos fazeres, dos usos e dos entendimentos sobre o literário, talvez, possamos sugerir – com Rancière – uma ruptura epistêmica na moldura da literatura que, a um só tempo, permite concluir sobre a seguinte dupla vigência. A permanência, sim, de características inerentes ao regime estético das artes, em que prevalece as operações de um sistema de descrição/apresentação de mundos assentado na justificativa da sua autorreferência quanto à dotação de percepção das coisas sensíveis. No reverso, paralelamente, sobressaem contornos de uma complexidade intersistêmica, fazendo cruzar literatura e sistemas sociotécnicos audiovisuais, cujas interdependências estabelecidas deixam entrever pressões sobre a estabilidade da escrita, em favor de outros dispositivos de simbolização concentrados no binômio olhar-audição. Herdada do regime estético das artes, a estetização parece tomar rumos outros na sua funcionalidade de estender a percepção ao sensível.

Poderíamos supor essa ruptura epistêmica na relação da sociologia com a literatura**?**

Digressão final: o discurso sociológico na naturalização de uma sociocultura

Em relação ao que chamamos acima de agenda teórico-programática, à luz do universo de artigos pesquisados, pode-se atribuir a sete textos uma abordagem primordialmente atenta à reflexão sobre as propriedades da literatura e da sociologia como saberes específicos, para isso discutindo as possibilidades e limites na aproximação entre ambas.

Posta na apresentação do dossiê *Literatura e conhecimento sociológico*, a inter-

venção de Ana Lúcia Teixeira (2018) é particularmente sintética dos critérios com primazia nos rumos do trabalho intelectual nesse subcampo das ciências sociais. Publicado na revista *Sociologias*, o texto faz um balanço sugestivo da sociologia da literatura em âmbito internacional, com vistas a jogar luz sobre a produção acadêmica da área a partir de uma síntese dos conflitos e indecisões que permearam e permeiam sua institucionalização – isto ao ter que equacionar a relação entre as dimensões estética e científica no escopo analítico. Por um lado, em diálogo com Wolf Lepenies (1996), a autora observa que certa "insubmissão" do fazer literário aos cânones sociológicos esteve aliada ao fato de que literatura e sociologia se colocaram em disputa pela legitimidade de interpelar o social. No diálogo com Sevännen (2018, p. 48-85), Teixeira sublinha o *status* de saber diferenciado próprio ao literário. Por outro lado, a pulverização teórica e metodológica da análise orientada à literatura, espalhando-se por diferentes disciplinas e saberes, teria dificultado a unidade epistemológica da sociologia da literatura. Em outro artigo, também de 2018, a mesma autora, junto a Andréa Borges Leão e Paulo Cesar Alves, empreende nova tentativa de balanço histórico da área, sem abrir mão das especificidades dos saberes literário e sociológico, mas chamando atenção à crescente produção bibliográfica em torno de um e outro – produção na qual se identificam três tendências principais: a "estética sociológica", a "crítica literária" e a "pesquisa histórica". Outro esforço empreendido pelo mesmo trio de autores está em aquilatar de que modo as "reviravoltas teóricas" nos fins do século XX, que culminaram nas chamadas "novas sociologias", trouxeram implicações à constituição da literatura como área de pesquisa sociológica (Alves, Leão & Teixeira, 2018).

Aliás, igual compromisso com a discussão de natureza epistemológica resulta do artigo de Jacques Leenhardt (2018), em contribuição ao mesmo dossiê da revista *Sociologias*. O autor estabelece que, por razões metodológicas, a sociologia buscou investigar o objeto da literatura "por meio de seu entorno: público, crítica, política editorial, leitura". No artigo, ele deseja analisar as razões históricas e epistemológicas para essa estratégia, além de argumentar no sentido de que a sociologia deveria dar um passo a mais, ao atentar também "aos processos simbólicos" da experiência literária. Em sentido similar, Eliane Veras Soares (2014) busca conceder à literatura o *status* de "uma epistemologia válida para a compreensão das dinâmicas sociais", para além do modo pelo qual a sociologia da literatura comumente a toma. A seu ver, o exercício sociológico tende a buscar a dimensão social do fazer literário em sua expressão "exagerada" e "distorcida" da realidade.

No escopo dessa produção teórico-programática, não é incomum evocar dois baluartes recursivos à subárea da sociologia da cultura, Pierre Bourdieu e Raymond Williams. Ambos são aproximados, sem desconsiderar suas respectivas orientações me-

todológicas, para as fronteiras e traduções entre o real sócio-histórico e o literário. Debatendo, de um lado, a díade *campo* e *habitus* bourdieusiana e de outro lado a noção de *estrutura de sentimentos* em Williams, Rosano Freire (2015) busca averiguar de que modos esses autores empreendem a análise do objeto artístico, mesmo se há "lugar" para tais objetos em seus empreendimentos intelectuais. Freire (2015) conclui que, para Bourdieu, a principal tarefa do pesquisador é "revelar o 'social-histórico' que a 'aura' dos campos de produção cultural camufla" (Freire, 2015, p.88) e, portanto, não o objeto artístico em si. No instante em que sublinha a advertência de Williams – "certas formas de relação social estão profundamente enraizadas em certas formas de arte" –, entende Freire que, para o pensador britânico, cabe precipuamente ao analista, "através do objeto artístico", dar conta do processo social – sem com isto, no entanto, subsumir o objeto literário ao privilegiar dimensões como determinantes em detrimento de outras. A tarefa da análise estaria em identificar as mediações entre os tantos planos que, entretidos, definem uma totalidade sócio-histórica.

André Botelho e Maurício Hoelz (2016) são mais incisivos quanto às dificuldades do ajuste entre análise sociológica e construção literária. Ambos ponderam que, muito embora a sociologia da literatura venha progressivamente "conhecendo maior pluralização de perspectivas que tornam a compreensão da literatura mais matizada em relação à ideia de 'reflexo'", marca principal de sua tradição, literatura e sociedade ainda são concebidas, no geral, como sendo externas uma à outra. Para modificar esse estado de coisas estabelecido pela tradição, os autores propõem que se parta das perspectivas teóricas de Anthony Giddens e Niklas Luhmann, em específico de suas distintas ideias de reflexividade, para renovar a agenda da sociologia da literatura. Nesse sentido, justifica-se o posicionamento de Lília Schwarcz e do mesmo André Botelho (2008) em relação à contribuição de Roberto Schwarz à análise sociológica da literatura. Por ocasião da apresentação da entrevista com o próprio Schwarz, realizada durante a comemoração dos 30 anos da primeira edição de *Ao vencedor as batatas* (1977), marco na sociologia da literatura brasileira, ambos os autores intentam recuperar a relevância do que qualificam como "um dos programas reconhecidamente mais consistentes, embora controverso, de análise da articulação sociológica entre forma literária e processo social no Brasil" – programa esse também reconhecidamente o principal continuador da rica abordagem de Antônio Candido, que visa estabelecer um diálogo entre crítica literária e sociologia (Schwarz, 1977, p.147). Para Schwarz e Botelho (2008, p.147-148):

> Além de uma abordagem inovadora sobre a configuração social que a particular resolução formal do realismo no Brasil revela, o programa crítico-sociológico de Schwarz perscruta as implicações estéticas e ideológicas do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, bem como a ambivalência ideológico-moral entre ideário burguês e paternalismo inscrita na conduta dos grupos sociais engendrados na experiência brasileira daquele pro-

> cesso, e cujos efeitos atingem inclusive o desenho das instituições. A cópia de modelos exteriores passa a ser questão inevitável, sendo ela mesma o que de mais interessante existe. Por outro lado, a existência da escravidão significaria um elemento fundamental a complicar a tradução das idéias liberais no país. Além disso, mais do que entender "traduções" era preciso pensar em "deslocamentos" e na viagem das idéias – no qüiproquó das idéias como diz Schwarz – que a aplicação desses conceitos, em regiões periféricas, acabava por provocar. Por esses e outros argumentos, a obra ganhou alcance e relevância que vão muito além das fronteiras disciplinares da crítica literária considerada em sua acepção especializada.

No balanço das argumentações desenvolvidas nos textos aqui comentados, sobressai como o encontro da sociologia com a literatura pode resultar no alargamento do olhar científico sobre a sociedade. Vimos que, ao mesmo tempo, para muitos entre as/os intérpretes, o encontro viceja conflitos em torno dos limites epistêmicos entre um e outro fazer. Sobressai, em especial, o temor de um certo eclipsamento, mesmo a submissão do literário às coordenadas da objetivação sociológica. Entendemos estar em pauta nessas reflexões os desafios de lidar com o atravessamento mútuo entre dois sistemas de significação, suscitando indagações e dúvidas sobre os efeitos da designação de um sobre o outro. De um lado, os textos sublinham as dificuldades geradas por uma concepção restritiva de social que apreende e descreve o literário como espécie de parte do entorno da sociedade ou, quando muito, um artefato apto a representar o que seria esse outro ente, de natureza coletiva. Desta perspectiva, mesmo quando encarada à maneira de um "reflexo", que duplica por meio da mimese a realidade sócio-histórica, a literatura tanto se mantém exógena quanto diz respeito a algo submisso ao referente social. Por outro lado, na mesma toada, impõe-se um silêncio sobre a natureza textual do conhecimento sociológico e como esta natureza envolve ingredientes imaginários, retórico-persuasivos, mesmo ficcionais na montagem da encenação realística própria ao modo de apresentação sociológica do que é descrito e classificado como real-referente.

Considerando o período estendido entre as últimas décadas do século XX e o início do atual, é inegável a relevância adquirida tanto pela dimensão das linguagens como da comunicação no âmbito da epistemologia das ciências sociais, no mesmo andamento da desconstrução das filosofias da consciência. O dublê de sociólogo e epistemólogo Jeffrey Alexander foi sensível na proposta de um novo movimento teórico em sociologia. A seu ver, a questão em torno da verdade proporcionada pelas ciências humanas se estenderia para além do empírico, incidindo sobre os tantos planos que a compreende. Deste modo, ele afirma que, a sociologia se define tanto como um "campo discursivo" quanto pela busca de um consenso racionalmente fundado. A respeito do primeiro aspecto, o autor recorre à assertiva de Michel Foucault (2000; 2000a), segundo a qual a natureza discursiva das práticas intelectuais, científicas e políticas está na contrapartida de essas mesmas práticas serem elementos ativos no sentido de mascaramento das suas

contingências empíricas, para isto lançando mão do apelo metafísico, ainda que de fato estejam modeladas por e em uma historicidade. Ao mesmo tempo, Alexander assinala não deterem as ciências sociais, enquanto discursos, o mesmo grau de homogeneidade evocado por Foucault. Ele atribui tal característica ao fato de serem as ciências sociais discursos à procura da verdade, levando ao constante ingresso em um estágio reflexivo "sobre como a verdade pode ser alcançada e o que vem ser essa verdade" (Alexander, 1999, p.39). Neste instante, ele resgata a proposição habermasiana da racionalidade comunicativa (Habermas, 1999; 1988), pois os discursos científicos das ciências sociais estariam perpassados pela sistemática tentativa de "identificar tipos de argumentação e critérios capazes de obter uma justificação convincente", apontando ao reconhecimento de que os "empreendimentos racionais e o reconhecimento de argumentos supra-empíricos podem ser combinados. " (Alexander, 1999, p. 39). Enfim, para Alexander, os alvos permanentes do crivo da comunidade científica sociológica são os critérios de avaliação da verdade, envolvendo os distintos domínios não-empíricos. Algo assim impediria a apreensão empiricista e acumulativa, por envolver um acordo argumentativo cuja construção requer pôr em relevo e discussão os fundamentos mesmo da sociologia como discurso científico. Isto é, exige a contínua reflexividade comunicativamente realizada acerca da convergência entre enunciados cuja autoridade advém da crença na sua condição de apresentar e representar uma estrutura, uma constante essencial irredutível à volúvel pluralidade da empiricidade, enfim, de fazer aparecer a verdade.

A adoção dessa modelagem semiótica na sociologia leva Alexander (2000) resgatar e reescalonar a herança de uma "sociologia religiosa" que Durkheim (1989) teria deixado em germe nas páginas de *As Formas Elementares da Vida Religiosa*[4]. O autor estadunidense se aplica ao projeto de desenvolver a sociologia cultural, considerando para isso o postulado funcionalista de que é imprescindível a todo subsistema especializado sociológico uma dimensão cultural com a finalidade de que os âmbitos da ação

4 À luz da oposição "primitivo" ("elementar") e "civilizado", no texto, que ocupa lugar-chave em consonância com a lógica disjuntiva intrínseca ao esquema analítico do durkheimiano, o qual está direcionado ao objetivo de elucidar o impacto do fenômeno religioso nas formas do entendimento humano e com isto, propor uma alternativa sociológica ao estudo do conhecimento, já que a ciência e a filosofia teriam por origem as religiões. Seriam estas os esteios que forneceram as categorias, ou seja, as noções essenciais que dominam a vida intelectual, por corresponderem a propriedades universais das coisas. Deste modo, como faz questão de afirmar, a conclusão do livro é a de que a "religião é coisa eminentemente social." Isto é, "as representações religiosas são representações coletivas que exprimem as realidades coletivas; os ritos são maneiras de agir que surgem unicamente do seio dos grupos reunidos e que se destinam suscitar, manter, ou refazer certos estados mentais desses grupos. Mas então, se as categorias são de origem religiosa, devem participar da natureza comum a todos os fatos religiosos: também elas seriam coisas sociais, produtos do pensamento coletivo. " (Durkheim, 1989, p.38). Teríamos, na acepção de Durkheim, uma dupla imposição cognoscitivo-moral da sociedade. A opinião atuaria no campo público, julgando nossos atos. No anverso, no interior mental, a razão, enquanto ponto de contato de entendimento e comunicação universal, exerceria sua autoridade ao imolar o pensamento e informar as condutas, por uma necessidade moral implicada a determinado tempo e lugar.

e os âmbitos institucionais não fiquem a descoberto, justamente, da compreensão dos significados que os tornam específicos e aptos à comunicação (Alexander, 2000, p.31). Deste modo, sublinha como tarefa de todo sociólogo cultural descortinar pelo empenho interpretativo quais são os códigos que classificam situações e as narrativas que articulam e informam os eventos como textos expressivos de significados e emoções. Para, em seguida, observa o autor, retornar ao contexto e apreender as interinfluências com os planos institucionais e da ação orientada. Ou, então, relacioná-los às conduções reflexivas. De acordo com essa agenda, a cultura não é algo a ser explicado, mas sim o que lastreia a possibilidade mesma da atividade compreensiva e hermenêutica por parte do analista, pois fornece os subsídios estruturais à solidariedade social (Alexander, 2000, p. 50).

São inegáveis os méritos desta proposta, sobretudo, porque na recusa à negligência da dimensão simbólico-comunicativa do social, o autor concede ênfase à subjetividade, nos marcos funcionalistas, por priorizar a componente hermenêutica do social[5]

5 Muito embora façamos uma opção por uma perspectiva que prioriza o plano sistêmico, sem dúvida, a versão de social, ampliada com a ingerência da matriz do raciocínio hermenêutico nas ciências sociais (Bauman, 2022), compõe o fundo da argumentação que segue neste item do artigo. Incontornáveis, as consequências deixadas na história do pensamento social por todo esforço de Dilthey (1968) para fazer a "crítica da razão histórica". O seu projeto de ciências do espírito se calca na prerrogativa da unidade, à qual estaria garantida pela permanência da noção de sentido. E a "vida", para ele, implica no fator capacitado a agregar os tantos eventos detonados na experiência histórica da humanidade. Em vista de que a vida é a conformação das convivências constitutivas destas experiências e a vivencia jamais pode ser apreendida isolada, menos ainda indiferenciada, seu caráter é de essência intersubjetiva, nos vínculos travados entre os sujeitos. Dois eixos então, ao cruzarem-se, definem a vivência. O horizontal – a intersubjetividade em um instante precisado por um espaço delimitado. E o vertical, conformado na memória, acompanhando o conjunto da biografia de um sujeito. Mas, sempre considerando que tal biografia é sempre uma densa rede intersubjetiva. Compreender é, portanto, apreender as formações de ambos os eixos significativos. Uma primeira impressão é de que apenas no final deste conjunto de vivências poder-se-ia abranger o sentido que dá unidade a uma biografia. Se a história é o processo de formação significativa das vivências, apenas na interpretação o conhecimento se faz possível. Logo, a história é o elemento-chave no "mundo do espírito". É a história que deve ser penetrada considerando a vivência, a expressão desta vivência nas obras humanas e a compreensão das expressões. A penetração não corresponde à mera observação, o olhar interpretativo não fixa conceitualmente o dado flutuante das vivências, mas os recria, pois que a compreensão participa do fluxo criativo da vida. E compreensão se faz a partir dos sinais externos cujos rastros levam até o âmago das intenções dos seus produtores. O conjunto dos sinais e as partes que o conformam são igualmente significativos e, assim, se fazem comunicantes. Ainda que a "ciência objetiva da subjetividade" proposta na sociologia compreensiva weberiana retenha aspectos importantes da concepção hermenêutica de Dilthey, há mais diferenças que afinidades entre os esquemas analíticos de ambos (Cohn,1979). Seja o mundo da teoria ou aquele da prática, ambos, estão calcados – para Weber (1992) – no fato de que os valores se definem como "imaginação de uma validade que se torna motivo de uma ação". E nos valores coincidem, nas reivindicações que implicam, "normas de validade" e "pretensões de validade" estão marcadas pelo entrosamento da teoria da ação com a teoria do conhecimento da consciência. Posto desta maneira, perde sentido heurístico a proposta de uma ordem imanente ao mundo, ou melhor, o mundo no sentido grego de um cosmo que nos confere segurança ontológica. A problemática das ciências histórico-culturais inicia aí, ou seja, na percepção de que, para os humanos, a vida consiste em uma permanente tomada de posição em relação a valores. E o campo de verificação empírica das ciências culturais é aquele do conhecimento das conexões de

quando dá atenção para as emoções e elaborações dos agentes, lembrando estarem as duas últimas ausentes em função da tônica cognoscitivista seja no modelo sistêmico-estrutural parsoniano (1966), seja do estruturalismo de Lévi-Strauss (1975), também na teoria luhmmaniana dos sistemas sociais autopoëticos (Luhmann, 2010). Alexander, entretanto, deixa de apontar como ocorrem as correlações de códigos com narrativas no âmbito das práticas, em que os corpos compõem teias no desempenho de designações, na mesma medida em que se individualizam em gestos, falas, pausas e movimentos. Algo assim se ocorre porque o seu esquema de pensamento é negligente quanto à historicidade dos símbolos e dos processos de simbolização e institucionalização de domínios de manipulação de bens simbólicos e das instâncias de aprendizagem. Desponta com isso a falta de uma teoria da incorporação com a finalidade de desvelar os envolvimentos mútuos dos usos e da situacionalização dos códigos com as narrativas e gêneros culturais nos corpos que se integram nas interdependências sociotécnicas. Permanece anódino, desta maneira, o caminho que coliga as economias psíquicas com as linhas de forças institucionais e os processos macrossocietais, por intermédio dos bens culturais.

Da perspectiva psicogenética, para o delineamento das funções neurocerebrais do indivíduo, nos planos filo e ontogenético da espécie humana, estão inseridos processos nos quais a díade aprendizados e sistemas de sinais significativos desempenha crucial papel nos fluxos de repasses intergeracionais dos saberes. Vale observar que tal díade subsidia a construção das formas cognitivas por parte dos indivíduos biológicos da espécie, na medida em que estes nascem culturalmente zerados, ainda que se inscrevam em tramados sócio-humanos (Dux, 2012, p.55-72). Deste modo, por estarem processualmente interdependentes, formas mentais e socioculturais se entrosam na construção humana da realidade, assim estabelecendo cumplicidade insuspeita entre historicidade e sensos de naturalidade; inércia sócio-histórica e criação.

Entabulamos aqui, nesta altura da argumentação, um diálogo com a teoria da individualização correlata ao modelo de dinâmica histórica sociocivilizatória, do já men-

sentido (de valores), ou seja, a arena em que tomamos nossas decisões. Fica evidente que o mundo histórico, tal qual Weber o concebe, caracteriza-se, fundamentalmente, pelo conflito de valores. Portanto, nos rastros de Kant, há a cisão abismal entre a estrutura da alma e a estrutura das coisas. A modernidade, enquanto condição histórica à experiência humana e estilo de vida dos quais seríamos contemporâneos, não mais comportaria um monoteísmo; diria respeito ao politeísmo desencantado, composto de tantos deuses despossuídos dos mantos místico-mágicos. Sem dúvida, o que mais aproxima Dilthey e Weber é o reconhecimento dos indivíduos como totalidades integradas por sentidos. Então, a concepção de social que deriva do que há de próximo nos dois pensadores parte da ilação de que, se cada indivíduo é uma particularidade radical e irredutível entre si, levando-se em consideração as múltiplas infinitudes dos seus respectivos fluxos vivenciais, às ciências do espírito cabem estudar os indivíduos em sua dimensão interacional. Afinal, aí se aninha o plano histórico-social. No palco das intersubjetividades, os sujeitos plasmam suas reciprocidades em formas que expressam totalidades de sentido singulares e passiveis de compreensão.

cionado Norbert Elias. A individualização consiste, para o autor, no processo mesmo de diferenciação das funções psíquicas, isto é, funções de autorregulação em relação a outras pessoas, outros seres vivos e também às coisas:

> O que chamamos "instintos" ou "inconsciente" constitui também uma forma específica de auto-regulação (*sic*) em relação a outras pessoas e coisas, apesar de ser uma forma que, dada a nítida diferenciação das funções psíquicas, já não controla diretamente o comportamento, mas o faz em de vários desvios. (Elias, 1994, p.37)

Resgatando a antiga concepção grega de "alma" (*psique*), Elias a define como a estrutura formada pelo tramado de relações psíquicas, compondo valências mútuas. Estrutura caracterizada pela maleabilidade própria do elemento instintual humano, ou seja, presença tênue de predeterminação hereditária que, por sua vez, pode supor a moldagem sociogenética das funções psíquicas – em outras palavras, a tendência no complexo humano do controle psíquico sobre o organismo. Isto porque, entende Elias, esta transitividade em relação ao fator hereditário atrai o constrangimento da rede social. Conclui, então, estarem as estruturas da psique humana, as estruturas da sociedade humana e as estruturas da história humana em mútua complementaridade:

> Uma vez que o controle relacional relativamente indiferenciado da criança recém-nascida só se torna diferenciado e regulado por meios humanos na relação com os outros seres humanos, o que emerge como "alma" do indivíduo adulto não é estranho à sociedade e associal em si mesmo, mas algo que, já em sua própria base constitui função da unidade relacional de um poder superior a que chamamos "sociedade". Toda maneira como o indivíduo se vê e se conduz em suas relações com os outros depende da estrutura da associação ou das associações a respeito das quais ele aprende a dizer "nós". (Elias, 1994, p.37)

Elias observa que o relaxamento do aparelho reflexo que rege o comportamento humano é decorrência de um longo processo da história natural, na medida em que essa espécie instaura um cosmo singular no cosmo natural. Neste cosmo particular humano, o comportamento é dirigido por formas de relações e instituições interpessoais – relações sócio-históricas. Estas últimas são relativas a tensões decorrentes da instauração de monopólios de bens e valores. As tensões a que se refere geram impulsos de mudança e estão implicadas com fatores de curto prazo (prazer) ou egóico (de longo prazo). A complexificação das redes funcionais seria a geratriz dessas tensões e delas se oriundam pressões por mudanças de acordo com as interações reticulares. Logo as pressões são exercidas por pessoas vivas. De acordo ainda com o argumento eliasiano, o cosmo particular inerente às tramas funcionais sócio-humanas determina prioridades e, com isto, prescreve hierarquias. As leis, portanto, dizem respeito à decisão que mais importa e a importância (valor) é mensurada nas interrelações. Decorre o conceito de poder definido a partir da margem de decisão individual relativa a certas posições sociais.

O poder é, assim, a expressão que designa uma oportunidade social particularmente ampla de influenciar a autorregulação e o destino de outras pessoas. O poder, conclui-se, está na condição de definir formas específicas de superego e assim repercutir na moldagem de individualizações – deixando maior ou menor abertura para a autonomia e autorregulação.

Sempre tendo a sombra as descontinuidades entre episódios, durações históricas e mediações diversas, no modelo proposto por Elias, as correlações dos processos de modelagem das funções psíquicas com estruturas sociais, em dinâmicas históricas, estão sintetizadas no entendimento acerca da cumplicidade estabelecida entre categorias do pensamento e símbolos comunicativos, por meio da conversão de ambos em modalidades de orientação e regramento de condutas (Elias, 1994). Algo assim acentua a inexorabilidade da questão da cultura na composição das relações, processos e estruturas sócio-históricas. Quando se insere esta questão no âmbito especifico de uma esfera, à luz da escala acentuada e larga de diferenciação social, no compasso da especialização da produção e dos intermediários, bem como das funções de recepção, obtém centralidade a trama de posições posicionadas em torno do domínio dos esquemas de significação legítimos. Ou seja, se a esfera diz respeito a determinada figura da teia de interdependências sociofuncionais e sociotécnicas na qual estão entremeadas designações e obtenção de consentimento para tais desígnios, o foco analítico recai nas conexões dos padrões de ego com a passagem das decisões para o *status* de comandos, afinal a pesquisa e reflexão sobre arranjos de poder toma por objeto de conhecimento os entremeados de formatos expressivos e autorias de bens simbólicos, mas também da múltipla presença de intermediários, ecologias sociotécnicas/tecnológicas, esquemas significacionais e modos de subjetivação. A ideia de poder se refere, em se tratando da esfera cultural, então, à possibilidade de conferir legitimidade a sentidos, igualmente aos modos de apresenta-los, enquanto pulsões psíquicas e objetividades de disposições corporais, em detrimentos de outros potenciais (Farias, 2017).

O tema da partilha do sensível abrange, nos processos de simbolização, as operações de recompor as matérias psíquicas e todas as demais materiais como sensibilidades afins. Mais que propor divisões e ligações, o desfecho dos empenhos de significação está em mostrar e realizar cortes e relações. Para além da concepção intelectualista de conceito e/ou de categoria, mesmo signo, importa os efeitos de distinção e as vinculações que esses dispositivos simbólico-comunicativos estabelecem como imediatos impulsivos, na forma de convicções entranhadas como certezas vitais, sentimentos que acionam humores corporais. No quadro histórico de funcionamento da esfera cultural, tais operações simbólicas compõem as lutas e coalescências indissociáveis das lacerações e contradições referentes às disputas pela posse de propriedades classificadas

como recursos raros. A partilha do sensível nesse estágio da simbolização manifesta, nas suas condições de possibilidade psíquicas, institucionais, também nos modos de fazer, dispor e acessar os bens culturais, as conversões das lutas e suas consequências em estoques de saberes (Bourdieu, 2001).

Frente aos efeitos das implicações dos medos e ameaças mútuas das pessoas sobre o pensamento e a ação, Norbert Elias rechaça a premissa de uma epistemologia cuja doutrina sobrevoa o fato das ciências não emergirem e se desenvolverem num vácuo[6]. A ausência de controle das bases de temores conduziria à conversão dos medos em propriedades dos modos de cognição, reflexão e sentido das condutas, o que teria por desfecho a reprodução dos mesmos fatores incontroláveis. A seu ver, as ciências humanas estariam particularmente à mercê deste "círculo vicioso":

> (...) Em outras palavras, as ciências humanas e as ideias gerais que as pessoas têm de si como "indivíduos" e "sociedades" são determinadas, em sua forma atual, por uma situação em que os seres humanos, como indivíduos e como sociedades, introduzem na vida uns dos outros perigos e temores consideráveis e basicamente incontroláveis. E essas formas de conhecimento e pensamento sobre as pessoas contribuem, por sua vez, para a constante reprodução desses perigos e temores. São causa e efeito dessa situação. Tal como aconteceu antes com respeito aos eventos naturais, também nesse caso, em consonância com o elevado grau de insegurança, perigo e vulnerabilidade que prevalece nessa área, as fantasias coletivas e os costumes semimágicos têm funções específicas. Também nesse caso, eles ajudam a tornar mais suportável a incerteza das situações que as pessoas são incapazes de controlar. Protegem-nas de uma consciência plena de perigos diante dos quais elas são impotentes. Servem como armas de defesa e ataque em seus conflitos umas com as outras. Tornam as sociedades mais coesas e dão a seus membros uma sensação de poder sobre acontecimentos sobre os quais, na realidade, é frequente eles exercerem pouco controle. Expô-los como fantasias é perigoso ou, pelo menos, considerado um ato perigoso e talvez hostil. Sua eficácia social depende, em boa parte, de eles serem tomados por ideias realistas e não por fantasias. E, uma vez que possuem eficácia social como fantasias coletivas, eles fazem parte — ao contrário de muitas fantasias puramente pessoais — da realidade social. (Elias, 1994, p. 72-73)

6 Ainda que não se avance, mas não se pode deixar de registrar que a posição defendida por Elias retorna às discussões em torno da neutralidade axiológica na Sociologia, em especial, segundo os termos weberianos. No entendimento de Weber (1992a; 1992b; Schluchter, 2000), o pesquisador não deverá se deter no grau de valoração conferido a certas convicções, tomando-as enquanto fatores causais de um fenômeno ou, ainda, compartilhar do posicionamento negativo ou positivo diante de tais concepções. Posto que, se a verificação empírica pode explicar compreensivamente as questões de valor, revelando a especificidade do significado, não deve partir o pesquisador para determinar a validade dos atos; falta-lhe instrumentos afins para fazer derivar os valores de uma estrutura última abarcante – hierárquica e organicista. Quando se posiciona (escolhe e seleciona), o cientista recorta um aspecto do real histórico de acordo com as necessidades do seu interesse conceitual, sabendo que a realidade neste não se encerra, logo há a possibilidade da existência de outras avaliações, até inconciliáveis. Dentro do cipoal valores, o limite do agente cognoscente consiste no reconhecimento empírico do "politeísmo absoluto" do mundo histórico sociocultural; jamais o pesquisador poderá ter a pretensão de guiar o sujeito individual, fazendo em seu lugar as escolhas que surgem quando inserido em uma situação.

Por ora, deixaremos em suspenso a característica presente à formulação eliasiana de presumir a possibilidade do controle realístico das fontes de anseios relativos aos fatos sócio-humanos. Ratificamos, sim, a sua concepção relacional e processual desses mesmos fatos, tomando-os como figurações de interdependências sócio-funcionais em estágios de dinâmicas históricas de longa duração. No que toca o enunciado teórico elementar deste texto, corroboramos o postulado do autor de consistir tais interdependências, no limite, pressões mútuas exercidas entre pessoas em diferentes e simultâneas escalas espaço temporais. Sendo que, no plano do pensamento e dos modos de orientação das condutas, mais que respostas ou reflexos, os padrões de raciocínio e as posturas fantasiosas e/ou realistas são traduções psicossimbólicas dessas afetações recíprocas.

De acordo com os objetivos de equacionamento intrínseco à proposta deste artigo, defendemos o argumento de haver correlações entre as pressões resultantes tanto das coalisões, cruzamentos, quanto das lutas/disputas em favor da afirmação das especificidades funcionais do sistema literário com os destinos empíricos, teóricos e analíticos do tratamento conferido a esse mesmo sistema pelo ramo sociológico ocupado da esfera cultural. Deste ponto de vista, aqui, sem os desconsiderar, encaramos os esforços de objetivação sociológica para além do entendimento de consistirem em representações realistas de relações, estruturas e processos sociais. Os exercícios sociológicos são tomados como figurações sociodiscursivas intrínsecas, ainda que em nível diferenciado de proximidade, da dinâmica de formação e posicionamento dos sistemas tecnicossimbólicos na esfera cultural brasileira. Logo, no *status* de modos de simbolização, as interpelações intelectuais das ciências sociais atuam sobre os planos cognitivos e morais na medida também que repercutem na modelação de sentimentos, no fomento de imaginações e na montagem de imaginários/mentalidades. Ao mesmo tempo, estão à contrapartida das tramas pelas quais o emprego da força bruta e/ou daquela concretizada na imputação do nome, deixa por efeito a conversão do arbítrio das apropriações em relações estáveis de posse e delineamento de identidades pessoais e coletivas. No seio destas relações, os valores atribuídos à raridade ou à banalidade de bens são estabilizados, no compasso mesmo em que a distribuição desigual de recursos é perenizada como consenso não discutido, portanto, algo inerente à condição natural das coisas do mundo (Honneth, 1991). A naturalização da existência mesma dos sistemas culturais e suas funcionalidades os consagra no elenco destas mesmas coisas.

O pano de fundo deste texto é a correlação entre saber e poder de imputação de sentido, no que tange à visibilidade e legitimação de bens simbólicos. Algo que, supomos, requer levar em conta a posição estratégica do reconhecimento desses mesmos bens e os sistemas socio-operacionais em que se inscrevem por parte das ciências sociais e demais humanidades, isto quando estas disciplinas os apreendem como empi-

ricidades mobilizadas nos seus investimentos cognitivos. Nessas operações de designação intelectual-científica, os medos, anseios, aspirações, frustações e tantos outros sentimentos relativos às alegrias, tristezas, regozijos e dores, vicejadas no andamento das adesões e lutas inerentes às distintas funcionalidades sistêmicas, são decantadas como ingredientes do pensamento conceitual sociológico. Pelo filtro desse modo de raciocínio, tais sentimentos se integram na ontologia do social, porque se tornam componentes dos símbolos de comunicação que circulam, dão visibilidade e justificam a existência desses sistemas sociais da cultura. Ainda que, também, os sistemas e suas lutas se perfomatizem como tensões e conflitos devido ao fato de serem sincronicamente contemporâneos, na condição de ingredientes da sócio-história naturalizada como mundo cotidiano dos nossos tempos. Na confluência de estrutura social e orientação política contemporânea, o agir cognitivo-instrumental se encarna no movimento em que a disposição para comodificação está no anverso da forma de subjetividade interpeladas por relações intersubjetivas e vivências pessoais assimiladas no estatuto de objetos passíveis de percepção e manipulação[7]. A outra faceta intrínseca dessa sócio-história, são os funcionamentos simultâneos, no escopo de uma mesma esfera, de sistemas sociotécnicos de significação cujo objeto é a troca pública de sentidos, realizando-se em formações signicas várias com a finalidade de apresentar versões de mundo possíveis com incidência nos sentidos de realidade e de orientação de usuários.

Referências

ABREU, Márcia et al. **A circulação transatlântica dos impressos: a globalização da cultura no século XIX**. Campinas: Unicamp, 2017, 3 vols.

ABREU, Márcia. **O caminho dos livros**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

ABREU, Márcia, Mollier, Jean-Yves. Nota introdutória: circulção transatlântica dos impressos – A globalização da cultura no século XIX. In: LEVIN, Orna, PONCIONI, Claudia (Org). **Deslocamentos e mediações. A circulação transatlântica dos impressos** (1789-1914). Campinas: Editora UNICAMP, 2018.

ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, n. 4, p. 5-28, 1987.

7 Cabe sublinhar que, na teoria da modernidade weberiana (Weber, 1974), o sintagma "desencantamento do mundo" comparece sob duas acepções. Desencantamento religioso promovido pelo movimento de desmagificação cujo ápice é o ascetismo intramundano, tendo por consequência não-programada subsidiar, no devir, o espírito capitalista, conformando a particularidade de uma cultura, um modo de vida. O conceito de desencantamento, por outro lado, significa o processo no qual a ciência se ergue fator dinâmico de controle técnico da natureza (Pierucci, 2003, p.219). Frente à primeira conceituação, estamos lendo a interpretação weberiana sobre conduta ascético-ativa com impactos indissociáveis na formação da moderna sociedade urbano-industrial européia. Já o conceito na sua outra acepção nos dispõe ante a maneira como o autor apreende a forma de pensamento fundadora e se mantendo também a âncora do tipo de conhecimento cientifico.

ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos clássicos In: Anthony Giddens, Jonathan H. Turner (edts.): **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999, p. 23-90

ALEXANDER, Jeffrey. **La sociologia cultural: formas de la clasificación en sociedades complejas**. Barcelona: Anthropos ,2000.

ALVES, Paulo Cesar; LEÃO, Andréa Borges; TEIXEIRA, Ana Lúcia. Sociologia da literatura: tradições e tendências contemporâneas. **Revista Brasileira de Sociologia**. Vol. 06, N° 12, Jan-Abr/2018.

ALVES, Paulo Cesar; LEÃO, Andréa Borges; TEIXEIRA, Ana Lúcia. Sociologia da literatura: tradições e tendências contemporâneas. **Revista Brasileira de Sociologia**. Vol. 06, N° 12, Jan-Abr/2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Hermenêutica e ciência social: abordagens da compreensão**. São Paulo: Unesp, 2022.

BOTELHO, André. Por uma sociologia dos intelectuais. *Dados*, v. 53, n. 4, p. 889-919, 2010.

BOTELHO, André & HOELZ, Maurício. Sociologias da literatura: do reflexo à reflexividade. **Tempo Social**, v. 28, n. 3, pp. 263-287, 2016.

BOTELHO, André & SCHWARCZ, Lilia. Ao vencedor as batatas: crítica da cultura e processo social. Entrevista com Roberto Schwarz. **RBCS**, vol. 23 n. 67, junho/2008.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. RJ: Bertrand do Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo" In: Pierre Bourdieu: **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989, pp. 59-74.

BOURDIEU, Pierre. **La distanction. Critique sociale du jugement**. Les Éditions de Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. In : **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Anée 2002, 145.

BRITTO. Clovis. A economia simbólica dos acervos literários: itinerários de produção da crença em Cora Coralina. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 22, n. 45, p. 307-334, jan./jun. 2016.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CANDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997, 2 vols.

CARONE, Modesto. O realismo de Franz Kafka. **Novos Estudos CEPRAP**, n. 80, março, 2008.

CHAGURI, Mariana Miggiolaro. O norte e o Sul: região e regionalismo em meados do século XX. **Sociologia & Antropologia**, v.04.01: 185 – 206, junho, 2014

CHAGURI, Mariana Miggiolaro & SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Sentidos da crise: literatura e processos sociais em Fogo Morto e Cidade de Deus. **Lua Nova**, São Paulo, 91: 169-197, 2014.

CHARTIER, Roger et al. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CHARTIER. Roger. **Editar e traduzir. Mobilidade e materialidade dos textos (séculos XVI e XVIII).** São Paulo: Editora Unesp, 2022.

COELHO, George Leonardo. Cassiano Ricardo e Martim Cererê: um poema em transformação (1927-1936). **Estudos Históricos**, vol. 30, no 62, p. 623-642, setembro-dezembro 2017.

COHN, Gabriel. **Crítica e resignação – fundamentação da Sociologia de Max Weber**. São Paulo: Hucitec, 1979.

DILTHEY, Wilhelm. **El mundo histórico**. México: Fundo de Cultura Econômica, 1968.

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulineas, 1989.

DUX, Günter. **Teoria histórico-genética de la cultura: la lógica procesual en el cambio cultural**. Bogotá: Aurora, 2012.

ELIAS, Norbert. **La dynamique sociale de la conscience. Sociologie de la connaissance et des sciences**. Paris : Éditions la Découvert, 2016.

ELIAS, Norbert. Les êtres humains et leurs émotions : essai de sociologie processuelle » (traduit et présenté par Marc Joly). In : **Controverses sur l'émotion. Neurosciences et sciences humaines. Sensibilités, histoire, critiques et sciences sociales.** Paris: Anamosa, 2018.

ELIAS, Norbert. **Teoría del símbolo: un ensayo de antropología cultural**. Barcelona: Península, 1994.

FARIAS, Edson. Os intelectuais e a especialização da cultura. **Repocs**, v.15, n.31, jan./jul. 2019.

FARIAS, Edson. Sociologia e a esfera cultural contemporânea. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, n. 1, p. 3-14, 2017.

FARIAS, Edson. O protocolo de pesquisa da circulação na sociologia da cultura, no Brasil. **Sociedade e Estado**, 2016, vol. 31, no 3, p. 583-614.

FREIRE, Rosano. Nas sociologias da literatura de Pierre Bourdieu e Raymond Williams, que espaço há para a análise do objeto artístico? **Revista Brasileira de Sociologia**. Vol. 03 No.06 jul. -Dez, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. RJ: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as coisas**. SP: Martins Fontes, 2000a.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história In: **A Microfísica do poder**. RJ: Graal, 1979.

GOODMAN, Nelson. **Linguagens da arte**: uma abordagem a teoria dos símbolos. Lisboa: Gradiva, 2006.

GOODMAN, Nelson. **Modos de fazer mundos**. Portugal: Edições ASA, 1995.

GOODMAN, Nelson. Structure of appearance. **Syntese Library/Vol. LIII**. Dordrecht- Holland/Boston-U.S.A: D. Reidel Publishing Company. 1997.

GOODMAN, Nelson. Art in action. In: **Encyclopedia of aesthetics**. v. 2. New York: Oxford U.P, 1998.

GATO, Matheus. "Ninguém quer um treze de maio": abolição, raça e identidade nacional nos contos de Astolfo Marques (1903-1907). **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, V37, n.01, 117-140, jan.–abr., 2018.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa, vol. I**. Madrid: Taurus, 1999.

HABERMAS, Jürgen. **La lógica de las ciencias sociales**. Madrid Tecnos, 1988.

HONNETH, Axel. **The critique of power: reflective stages in a critical social theory**. Cambridge: MIT

Press, 1991.

JACKSON, Luiz C. & BLANCO, Alejandro. Três críticos latino-americanos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 20, no 47, jan/abr 2018, pp. 138-169.

JACKSON, Luiz C. & BLANCO, Alejandro & História das ciências sociais brasileiras In: Sérgio Miceli e Carlos Benedito Martins (orgs): **Sociologia no Brasil Hoje**. São Paulo: Ateliê, 2017.

JOSIOWICZ, Alejandra. Por uma política da estética em Mário de Andrade: expressionismo e infância. **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, v.05.03: 799-823, dezembro, 2015.

LEÃO, Andréa Borges. Vamos ao Brasil com Jules Verne? Processos editoriais e civilização nas Voyages Extraordinaires. ***Sociedade e Estado***, v. 27, p. 494-517, 2012.

LEÃO, Andréa Borges; FARIAS, Edson. O popular no Brasil numa fábula de costume francesa: estéticas e mediações transatlânticas. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 631-649, 2016.

LEÃO, Andréa Borges; FARIAS, Edson. Literatura e audiovisual em José Mauro de Vasconcelos. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 32, n. 2, p. 123-148, May-Aug, 2020.

LEÃO, Andréa Borges e LANDINI, Tatiana Savoia. **10 Lições sobre Norbert Elias**. Petrópolis: Editara Vozes, 2022.

LEENHARDT, Jacques. Existência e objeto da "sociologia da literatura", hoje. **Sociologias**, ano 20, n. 48, maio-ago 2018, p. 30-46.

LEPENIES, Wolf. **Três culturas**. São Paulo: EDUSP, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

LEVIN & PONCIONI, 2018. Deslocamentos e mediações. A circulação transatlântica dos impressos. Campinas/SP: Editora da UNICAMP.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

MICELI, Sergio. Ficções de poder e sexo em Graciliano. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, 106, novembro 2016 pp. 149-155.

MICELI, Sergio. Voz, Sexo e abismo Alfonsina Storni e Horacio Quiroga. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, 97, novembro 2013 pp. 83-113.

MOLLIER, Jean-Yves. A circulação transatlântica dos livros e dos jornais no século XIX: o exemplo das livrarias Garnier de Paris, do Rio de Janeiro e da Cidade do México / La circulation transatlantique des livres et des journaux au XIXe siècle: l'exemple des librairies Garnier de Paris, Rio de Janeiro et Mexico. In: **Revista Letras Raras**, Campina Grande, v.8, Edição Especial, 2019, pp.9-24.

MOLLIER, Jean-Yves (2008). A leitura e seu público no mundo contemporâneo. Ensaios sobre História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica.

MONTEIRO, Pedro Meira. O Outono da escrita: as últimas páginas de Machado de Assis e a promessa não cumprida do Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, vol. 35, n.02, 227-239, JULHO, 2016.

MORETTI, Franco. **Romance: história e teoria**. **Novos Estudos CEBRAP**, 85, novembro 2009, p. 201-212.

OEHLER, Dolf. Alucinações e alegorias: W. G. Sebald se recorda de W. Benjamin, leitor de Paris. **Novos Estudos Cebrap**, 89, março 2011.

PARSONS, Talcott. **El sistema social**. Madrid: Revista de Occidente, 1966.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Sertão e narração: Guimarães Rosa, Glauber Rocha e seus desenredos. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 51-87, jan./abr. 2008.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. **O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber**. São Paulo: Editora 34, 2003.

PINHEIRO. Fernando. Evasão do mundo na memorialística de Manuel Bandeira. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 28, n. 2.

RANCIÈRE, Jacques. **Malaise dans l'esthétique**. Paris, Galilée, 2004.

RANCIÈRE, Jacques. O efeito de realidade e a política da ficção. **Novos Estudos CEBRAP**, vol. 86, março, 2010.

RIDENTI, Marcelo. Graciliano Ramos e suas memórias do cárcere: cicatrizes. **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, v.04.02: 475 – 493, outubro, 2014.

SAPIRO, G. Le champ est-il national ? La théorie de la différenciation social au prisme de l'histoire globale. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Théorie du Champ, N. 200, Décembre 2013, p. 71-85.

SCHLUCHTER, Wolfgang. Neutralidade de valor e a ética da responsabilidade In: Maria Francisca Coelho, Lourdes Bandeira e M.L. Loiola (orgs.), **Política, ciência e cultura em Max Weber**. Brasília: Editora UnB, 2000.

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. **A história natural da ditadura**. **Lua Nova**, São Paulo, 96: 39-54, 2015.

SEREZA, Haroldo Ceravolo. O cortiço, romance econômico. **Novos Estudos Cebrap**, 98, março de 2014.

SCHWARZ, Roberto. Dança de Parâmetros. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, 100, novembro 2014 pp. 163-16;

SEVÄNNEN, Erkki. Literatura moderna como forma de discurso e de conhecimento sobre a sociedade. **Sociologias**, n. 48, maio-agosto 2018, p. 48-85.

SOARES, Eliane Veras. Literatura e estruturas de sentimento: fluxos entre Brasil e África. **Sociedade e Estado**. Vol. 26 n. 2, maio/agosto 2011.

SOARES, Eliane Veras. Embora lidando com literatura, você está fazendo sociologia. **Civitas**, v. 14 n. 1 p. 81-92 jan.-abr. 2014.

SOARES, Eliane Veras & ALVES, Aline Adelaide. Literatura e materialismo cultural: uma proposta de análise. **Sociedade e Estado**, vol. 30 n. 2, maio/agosto, 2015.

SOBRAL, Luís Felipe. Os limites do exotismo: Auerbach, a Europa e as touradas. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 37, n.02, mai.-ago., 2018, pp. 313-332.

SORÁ, Gustavo. (2010). **Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro**. São Paulo: Edusp/Com-Arte.

TEIXEIRA, Ana Lúcia. A letra e o mito. Contribuições de Pau Brasil para a consagração bandeirante nos anos de 1920. **RBCS**, vol. 29, nº 86, outubro, 2014.

_____. Literatura e sociologia: relações de mútua incitação. **Sociologias**, n. 48, maio-ago. 2018, pp. 16-28.

WEBER, Max. Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura. In: **Metodologia das ciências sociais**. **Max Weber, parte I**. Campinas: Ed. Cortez/Unicamp, 1992, 2 vols.

WEBER, Max. O sentido da "neutralidade" axiológica nas ciências sociais e econômicas In: **Estudos de metodologia em ciências sociais, parte II**. Campinas: Udunicamp, 1992a, 2 vols.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política In: **Metodologia das ciências sociais**. **Max Weber, parte I**. Campinas: Ed. Cortez/Unicamp, 1992b, 2 vols.

WEBER, Max. A ciência como vocação" In: GEERTZ, Hans & MILLS, Charles W. (orgs.): **Max Weber, ensaios de sociologia**. RJ: Zahar Editores, 1974.

Sobre os autores

Edson Silva de Farias – Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP, 2001); pesquisador CNPQ; professor Dep. Sociologia UnB; professor associado PPGMLS UESB; líder do Grupo Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD); editor da revista Arquivos do CMD.

Andréa Borges Leão – Pesquisadora do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Lidera o G.E.C.C.A/NE (Grupo de Estudos em Cultura, Comunicação e Arte). É editora da seção Futuros Passados da Revista Brasileira de Sociologia/SBS. Atua nos Grupos de Pesquisa: 1. Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD)/UnB; 2. Projeto MinasMundo: https://projetominasmundo.com.br/pessoas/; 3. A sociologia Figuracional de Norbert Elias/UNIFESP.

Marcus Vinícius Gomes Caixeta – Doutor em Sociologia pela UnB (Universidade de Brasília). Pesquisa Sociologia do Conhecimento, Pensamento Social Brasileiro e Sociologia da Cultura (marcuscaixeta@gmail.com).